

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.281 - MG (2019/0356908-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : DOUGLAS APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Douglas Aparecido Ferreira dos Santos** – preso preventivamente pela prática, em tese, do delito de homicídio qualificado –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou a ordem no *writ* ali impetrado, mantendo a prisão preventiva decretada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Belo Horizonte/MG (Processo n. 0024.19.092.683-2).

Alega o recorrente, em síntese, constrangimento ilegal consistente na ausência de fundamentação da decisão que determinou sua prisão cautelar.

Postula, então, o conhecimento e o provimento liminar do recurso a fim de que aguarde em liberdade o julgamento da ação penal.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, principalmente, como no caso, em se tratando de recurso ordinário.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto o Magistrado singular, ao decretar a medida extrema, destacou a periculosidade do agente, uma vez que o delito teria sido cometido *com indícios de disputa pela mercância de drogas* (fl. 154), razão pela qual não vislumbro o *fumus boni iuris* necessário à concessão da tutela de urgência.

Ademais, a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da

Superior Tribunal de Justiça

apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indeferio-a**.

Solicitem-se informações ao Juízo singular acerca do atual andamento da ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

